

As Lutas de Classes em França de 1848 a 1850

Karl Marx

Transcrição autorizada



Introdução de Friedrich Engels à edição de 1895^[N88]

Primeira Edição: Publicado (com cortes) na revista *Die Neue Zeit*, Bd. 2, N.º 27 e 28, 1894-1895, e no livro de Karl Marx *Die Klassenkämpfe in Frankreich 1848 bis 1850*, Berlin 1895.

Esta edição: Publicado segundo o texto completo das provas tipográficas do texto original, cotejado com o manuscrito. Traduzido do alemão.

O trabalho que aqui reeditamos foi a primeira tentativa de Marx para explicar um fragmento da história contemporânea por meio do seu modo materialista de [a] conceber a partir da situação económica dada. No *Manifesto Comunista* a teoria tinha sido aplicada em linhas muito gerais a toda a história moderna. Nos artigos de Marx e meus da *Neue Rheinische Zeitung*^[N71] fora a referida teoria aplicada constantemente para a interpretação de acontecimentos políticos do momento. Aqui pelo contrário, tratou-se de demonstrar a conexão causal interna de acontecimentos ocorridos ao longo de um desenvolvimento de vários anos tão crítico quanto típico para toda a Europa, de reconduzir, portanto, no sentido do autor, os acontecimentos políticos a efeitos de causas em última instância económicas.

Na apreciação de acontecimentos e de séries de acontecimentos da história do dia-a-dia nunca estaremos em condições de recuar até às *últimas* causas económicas. Mesmo ainda hoje, quando a respectiva imprensa especializada fornece material tão abundante, seria impossível, até na Inglaterra, seguir o curso da indústria e do comércio no mercado mundial e as mudanças que dia após dia são introduzidas nos métodos de produção, de modo a que, em qualquer momento, se possa fazer o balanço geral destes factores multiplamente imbricados e em permanente mudança, factores dos quais os mais importantes actuam na maioria dos casos durante muito tempo às ocultas antes de, repentinamente, se fazerem valer com violência à superfície. A clara visão de conjunto sobre a história económica de uma dado período nunca lhe é simultânea, só posteriormente se conquista, após realizados a recolha e o exame do material. A estatística é aqui um meio auxiliar necessário, e segue sempre atrás coxeando. No respeitante à história contemporânea corrente seremos por isso demasiadas vezes obrigados a tratar esse factor, o mais decisivo de todos, como constante, a situação económica encontrada no começo do período em causa como dada e imutável para todo o período, ou apenas a tomar em consideração aquelas transformações dessa situação

que derivam dos próprios acontecimentos manifestamente patentes e que, por conseguinte, igualmente se manifestam com clareza à luz do dia. Por tal motivo, o método materialista terá demasiadas vezes de se limitar a reduzir os conflitos políticos a lutas de interesses das classes sociais e fracções de classes presentes, dadas pelo desenvolvimento económico, e a demonstrar que cada um dos partidos políticos é a expressão política mais ou menos adequada dessas mesmas classes ou fracções de classes.

É evidente que este inevitável descurar das transformações simultâneas da situação económica, a verdadeira base de todos os processos a examinar, tem de ser uma fonte de erros. Mas todas as condições de uma exposição de conjunto da história do dia-a-dia contêm em si inevitavelmente fontes de erros; o que, porém, não impede ninguém de escrever a história do dia-a-dia.

Quando Marx empreendeu este trabalho, a fonte de erros mencionada era ainda mais inevitável. Durante o tempo da Revolução de 1848/49 era puramente impossível seguir as alterações económicas que simultaneamente se produziam, ou até mesmo manter delas uma visão de conjunto. O mesmo aconteceu durante os primeiros meses de exílio em Londres, no Outono e no Inverno de 1849/50. Mas foi precisamente nessa altura que Marx iniciou o trabalho. E, apesar deste desfavor das circunstâncias, o conhecimento exacto de que dispunha, tanto da situação económica da França antes da revolução de Fevereiro como da história política deste país a partir de então, possibilitou-lhe fazer uma exposição dos acontecimentos que, de um modo desde então inalcançado, revela a conexão interna existente entre eles e que, além disso, resistiu brilhantemente à prova a que, por duas vezes, o próprio Marx a submeteu.

A primeira prova ocorreu quando, a partir da Primavera de 1850, Marx voltou a ter vagar para os estudos económicos e empreendeu, em primeiro lugar, a história económica dos últimos dez anos. Por este meio tornou-se-lhe completamente claro a partir dos próprios factos o que até então havia concluído meio aprioristicamente a partir de material cheio de lacunas: que a crise do comércio mundial de 1847 fora a verdadeira mãe das revoluções de Fevereiro e Março, e que a prosperidade industrial que, pouco a pouco, voltara a manifestar-se desde meados de 1848 e atingira o seu apogeu em 1849 e 1850, tinha sido a força vivificante da de novo reforçada reacção europeia. E isso foi decisivo. Enquanto nos três primeiros artigos^(1*) (aparecidos nos números de Janeiro, Fevereiro e Março da *Neue Rheinische Zeitung. Politisch-ökonomische Revue*^[N89], Hamburg 1850) perpassa ainda a expectativa de um próximo novo ascenso da energia revolucionária, no último volume duplo (Maio a Outubro) publicado no Outono de 1850 o quadro histórico que Marx e eu demos rompe de uma vez para sempre com essas ilusões: "Uma nova revolução só é possível na sequência de uma nova crise. É, porém, tão certa como esta."^(2*) Isto foi também a única alteração essencial que foi necessário introduzir. Na interpretação dos acontecimentos dada nos capítulos anteriores, nas conexões causais aí estabelecidas, não havia absolutamente nada a alterar, conforme demonstra o prosseguimento da narrativa de 10 de Março até ao Outono de 1850 contida nesse mesmo quadro. Por conseguinte, introduzi essa continuação na presente reedição como capítulo quarto.

A segunda prova foi ainda mais difícil. Logo a seguir ao golpe de Estado de [Louis Bonaparte](#) de 2 de Dezembro de 1851 Marx refundiu a história da França desde Fevereiro de 1848 até esse acontecimento que encerrava provisoriamente o período da

revolução (O 18 de Brumário de Louis Bonaparte, terceira edição, Hamburg, [Meissner 1885](#)^(3*)). Nesta brochura o período exposto no nosso escrito é de novo tratado, embora mais resumidamente. Compare-se esta segunda exposição, à luz do acontecimento decisivo que havia de dar-se um ano mais tarde, com a nossa e verificar-se-á que o autor muito pouco teve de alterar.

O que dá ainda ao nosso escrito um significado muito especial é a circunstância de que é ele que, pela primeira vez, enuncia a fórmula na qual a unanimidade geral dos partidos operários de todos os países do mundo condensa em breves palavras a sua reivindicação da nova configuração económica: a apropriação dos meios de produção pela sociedade. No segundo capítulo, a propósito do "direito ao trabalho", que é considerado "a primeira fórmula canhestra em que se condensavam as exigências revolucionárias do proletariado", afirma-se: "...mas por detrás do direito ao trabalho está o poder sobre o capital, por detrás do poder sobre o capital *a apropriação dos meios de produção*, a sua submissão à classe operária associada, portanto a abolição [*Aufhebung*] do trabalho assalariado e do capital e da sua relação recíproca."^(4*) Eis aqui, portanto — pela primeira vez — formulado o princípio por meio do qual o socialismo operário moderno se distingue claramente tanto de todos os diversos matizes do socialismo feudal, burguês, pequeno-burguês, etc, como também da confusa comunidade de bens do comunismo utópico e do comunismo operário espontâneo. Se, mais tarde, Marx alargou a fórmula à apropriação também dos meios de troca, este alargamento, que de resto depois do [Manifesto Comunista](#) se entendia por si, enunciou apenas um corolário da tese principal. Recentemente algumas doutas pessoas em Inglaterra acrescentaram que os "meios de repartição" deviam ser também transferidos para a sociedade. Seria, contudo, difícil a esses senhores dizer-nos quais os meios de repartição económicos diferentes dos meios de produção e troca; a não ser que por eles se entenda os meios *políticos* de repartição: os impostos, a assistência à pobreza, incluindo a floresta da Saxónia^[N90] e outras doações. Mas, em primeiro lugar, estes meios de repartição já estão hoje em dia em poder da colectividade, seja ela o Estado ou o município, e, em segundo lugar, o que nós queremos é precisamente aboli-los.

Quando a revolução de Fevereiro rebentou, todos nós, no respeitante às nossas representações das condições e do curso dos movimentos revolucionários, nos encontrávamos sob o fascínio da experiência histórica anterior, nomeadamente a da França. E era precisamente desta experiência, que tinha dominado toda a história europeia desde 1789, que de novo partia o sinal para a revolução geral. Era, portanto, óbvio e inevitável que as nossas ideias sobre a natureza e o curso da revolução "social" proclamada em Paris em Fevereiro de 1848, a revolução do proletariado, estivessem fortemente tingidas pelas recordações dos modelos de 1789-1830. E, finalmente, quando o levantamento de Paris encontrou o seu eco nas sublevações vitoriosas de Viena, Milão e Berlim; quando toda a Europa até à fronteira russa era arrastada para o movimento; quando em Junho se travou em Paris a primeira grande batalha pela dominação entre o proletariado e a burguesia; quando a própria vitória da sua classe abalou de tal modo a burguesia de todos os países que ela voltou a refugiar-se nos braços da reacção monárquico-feudal que acabava de ser derrubada — não podia haver para nós qualquer dúvida, dadas as circunstâncias de então, que a grande luta decisiva havia começado, que tinha de ser travada num único período revolucionário longo e

cheio de vicissitudes, mas que só podia terminar com a vitória definitiva do proletariado.

Depois das derrotas de 1849, de modo nenhum partilhámos as ilusões da democracia vulgar agrupada *in partibus*^[N91] em torno dos futuros governos provisórios. Aquela contava com uma vitória próxima e de uma vez por todas decisiva do "povo" sobre os "opressores". Nós, com uma longa luta, depois de eliminados os "opressores", entre os elementos opostos que se ocultavam precisamente no seio desse mesmo "povo". A democracia vulgar esperava de hoje para amanhã a renovada eclosão. Nós já no Outono de 1850 declarávamos que, pelo menos, a primeira fase do período revolucionário já estava concluída e que nada havia a esperar até à irrupção de uma nova crise económica mundial. Por essa razão fomos também proscritos como traidores à revolução pelas mesmas pessoas que, depois, quase sem excepção, fizeram as pazes com [Bismarck](#) — na medida em que [Bismarck](#) achou que valia a pena.

Porém, a história também não nos deu razão e demonstrou que os nossos pontos de vista dessa altura eram uma ilusão. E foi ainda mais além: não só destruiu o nosso erro de então como revolucionou totalmente as condições em que o proletariado tem de lutar. O modo de luta de 1848 está hoje ultrapassado em todos os aspectos. E este é um ponto que merece ser examinado mais de perto nesta oportunidade.

Todas as revoluções até hoje resultaram no desalojamento de uma determinada dominação de classe por outra; todavia, todas as classes que até agora dominaram eram pequenas minorias face à massa popular dominada. Uma minoria dominante era assim derrubada, uma outra minoria empunhava no seu lugar o leme do Estado e modelava as instituições estatais segundo os seus interesses. Esta última era sempre o grupo minoritário capacitado e vocacionado para a dominação pelo nível do desenvolvimento económico, e precisamente por isso, e só por isso, acontecia que na transformação [*Umwälzung*] a maioria dominada ou participava a favor daquele ou aceitava tranquilamente a transformação. Mas, se abstrairmos do conteúdo concreto de cada caso, a forma comum de todas as revoluções era elas serem revoluções de minorias. Mesmo quando a maioria cooperava — cientemente ou não — isso acontecia apenas ao serviço de uma minoria. Deste modo porém, ou também pela atitude passiva e sem insistência da maioria, essa minoria alcançava a aparência de ser a representante de todo o povo.

Em regra, depois do primeiro grande êxito a minoria vitoriosa dividia-se. Uma parte estava satisfeita com o alcançado; a outra queria ir ainda mais além, punha novas exigências que, pelo menos em parte, iam também no interesse real ou aparente da grande multidão do povo. Essas exigências mais radicais eram também realizadas em casos isolados. Muitas vezes, porém, só o eram momentaneamente, o partido mais moderado alcançava de novo a supremacia e aquilo que ultimamente fora conseguido voltava de novo a perder-se no todo ou em parte; então, os vencidos declaravam-se traídos ou atiravam para o acaso as culpas da derrota. Na realidade, porém, a coisa o mais das vezes passava-se assim: as conquistas da primeira vitória só eram asseguradas pela segunda vitória do partido mais radical; uma vez alcançado isto, e com isto o momentaneamente necessário, os radicais e os seus êxitos desapareciam de novo da cena.

Todas as revoluções dos tempos modernos, a começar pela grande revolução inglesa do século dezassete, mostraram estes traços que pareciam inseparáveis de toda a luta revolucionária. Pareciam também aplicáveis às lutas do proletariado pela sua emancipação. Tanto mais aplicáveis quanto é certo que precisamente em 1848 se podiam contar as pessoas que apenas em alguma medida entendiam em que direcção se devia procurar essa emancipação. Mesmo em Paris, as próprias massas proletárias desconheciam absolutamente qual o caminho a tomar depois da vitória. E, contudo, o movimento existia, instintivo, espontâneo, irreprimível. Não seria esta precisamente a situação em que uma revolução tinha de triunfar, dirigida, na verdade, por uma minoria, mas desta vez não no interesse da minoria, mas no interesse mais verdadeiro da maioria? Se em todos os períodos revolucionários mais longos as grandes massas populares podiam ser conquistadas com facilidade por meras imposturas plausíveis das minorias que empurram para diante, como haviam elas de ser menos acessíveis a ideias que eram o reflexo mais próprio da sua situação económica, que outra coisa não eram senão a expressão clara e inteligível das suas necessidades, necessidades que elas próprias ainda não entendiam e que apenas começavam a sentir de modo indefinido? Na verdade, esta disposição revolucionária das massas dera quase sempre lugar, e na maior parte das vezes muito rapidamente, a um cansaço ou mesmo a uma viragem em sentido contrário, logo que a ilusão se esfumava e o desencanto surgia. Aqui, porém, não se tratava de imposturas, mas sim da realização dos interesses mais verdadeiros da própria grande maioria, interesses que, anteriormente, de modo nenhum estavam claros para essa grande maioria, mas que em breve haviam de ficar suficientemente claros para ela no curso da realização prática, por meio de evidência convincente. E se, como se demonstra no terceiro artigo de Marx, na Primavera de 1850, o desenvolvimento da república burguesa, surgida da revolução "social" de 1848, concentrara a dominação efectiva nas mãos da grande burguesia — que além do mais tinha sentimentos monárquicos —, e, em contrapartida, agrupara em torno do proletariado todas as outras classes da sociedade, tanto camponeses como pequenos burgueses, de tal modo que, durante e a seguir à vitória comum, não tinham de ser elas o factor decisivo mas sim o proletariado que aprendera com a experiência — não estariam então dadas todas as perspectivas para a transformação da revolução da minoria na revolução da maioria?

A nós e a todos quantos pensávamos de modo semelhante a história não deu razão. Mostrou claramente que nessa altura o nível do desenvolvimento económico de modo algum estava amadurecido para a eliminação da produção capitalista. Demonstrou isto por meio da revolução económica que alastrava por todo o continente desde 1848 e fizera a grande indústria ganhar pela primeira vez foros de cidadania em França, na Áustria, na Hungria, na Polónia e ultimamente na Rússia, e, além disso, tornara a Alemanha num país industrial de primeira categoria. E tudo isto sobre fundamentos capitalistas que, em 1848, ainda tinham grande capacidade de expansão. Mas foi precisamente esta revolução industrial que, pela primeira vez, por toda a parte, trouxe luz às relações entre as classes. Foi ela que eliminou uma quantidade de formas intermédias que provinham do período manufactureiro e, na Europa Oriental, mesmo do artesanato corporativo, e que criou uma verdadeira burguesia e um verdadeiro proletariado da grande indústria ao mesmo tempo que os fazia passar ao primeiro plano do desenvolvimento social. E é isto que leva a luta destas duas grandes classes que, em 1848, fora da Inglaterra se limitava a Paris e, no máximo, a alguns grandes centros industriais, a estender-se por toda a Europa e a atingir uma intensidade ainda impensável em 1848. Nessa altura, os numerosos e confusos evangelhos das diferentes seitas com as suas panaceias; hoje, *uma* só teoria universalmente reconhecida,

transparentemente clara, a teoria de Marx, que formula com precisão os fins últimos da luta. Nessa altura, as massas separadas e distintas por localidade e nacionalidade, ligadas unicamente pelo sofrimento comum, não desenvolvidas, oscilando perplexas entre o entusiasmo e o desespero; hoje um *único* grande exército internacional de socialistas, avançando sem cessar, crescendo dia a dia em número, organização, disciplina, discernimento e certeza na vitória. Mas o facto de que mesmo este poderoso exército do proletariado não tenha ainda alcançado o objectivo, esteja ainda longe de alcançar a vitória com um *único* e grande golpe, se veja obrigado a progredir lentamente de posição para posição, numa luta dura e tenaz, demonstra de uma vez para sempre como em 1848 era impossível conseguir-se a transformação social por meio de um simples ataque de surpresa.

Uma burguesia dividida em dois sectores dinástico-monárquicos^[N92], mas exigindo acima de tudo sossego e segurança para as suas transacções financeiras; um proletariado que se lhe opunha e que, embora vencido, a ameaçava e concitava em torno de si um número cada vez maior de pequenos burgueses e de camponeses; a contínua ameaça de uma explosão violenta que, apesar de tudo, não oferecia qualquer perspectiva de uma solução definitiva — eis, pois, a situação que vinha mesmo a calhar para o golpe de Estado de [Louis Bonaparte](#), o terceiro e pseudo-democrático pretendente. Assim, este, no dia 2 de Dezembro de 1851, servindo-se do exército, pôs fim à tensa situação e assegurou à Europa a tranquilidade interna para, em troca, lhe oferecer uma nova era de guerras^[N93]. O período das revoluções a partir de baixo estava por agora terminado; seguiu-se-lhe um período de revoluções a partir de cima.

O revés imperialista^(5*) de 1851 foi mais uma prova da imaturidade das aspirações proletárias desse tempo. Mas esse mesmo revés iria criar as condições em que elas teriam de amadurecer. O sossego interno assegurou o pleno desenvolvimento do novo ascenso industrial; a necessidade de dar uma ocupação ao exército e de desviar as correntes revolucionárias para o exterior deu origem às guerras em que [Bonaparte](#), sob o pretexto de fazer valer o "princípio da nacionalidade"^[N94] procurou proceder a anexações em favor da França. O seu imitador [Bismarck](#) adoptou essa mesma política para a Prússia. Fez o seu golpe de Estado, a sua revolução a partir de cima em 1866 contra a Confederação Germânica^[N95] e a Áustria, e não menos contra a *Konfliktskammer*^(6*) da Prússia. Porém, a Europa era demasiado pequena para dois Bonapartes e, assim, quis a ironia da história que [Bismarck](#) derrubasse [Bonaparte](#) e que o rei [Guilherme](#) da Prússia instaurasse não só o Império pequeno-alemão^[N96] como também a República Francesa. Isto teve como resultado geral na Europa, contudo, a autonomia e a unificação interna das grandes nações, com excepção da Polónia. É verdade que isto se deu no interior de limites relativamente modestos, embora fossem, no entanto, suficientemente vastos para que o processo de desenvolvimento da classe operária já não encontrasse nas complicações nacionais um estorvo essencial. Os coveiros da revolução de 1848 passaram a seus executores testamentários. E ao lado deles erguia-se já ameaçador o herdeiro de 1848, o proletariado, na [Internacional](#).

Depois da guerra de 1870/71 Bonaparte desaparece de cena e fica completa a missão de [Bismarck](#), podendo este agora regressar ao seu lugar de vulgar *Junker*^[N61]. Todavia é a [Comuna de Paris](#) que encerra este período. A pérfida tentativa de [Thiers](#) de roubar à Guarda Nacional^[N97] de Paris os seus canhões deu origem a uma sublevação vitoriosa. Mais uma vez se provava que em Paris já não era possível outra revolução que não proletária. Depois da vitória, o poder caiu por si mesmo, sem discussão, nas mãos do

proletariado. E, de novo se mostrou como era ainda então impossível, vinte anos depois desse tempo descrito na nossa obra, esta dominação da classe operária. Por um lado, a França deixou Paris entregue a si mesma e observou como ela sangrava sob as balas de [Mac-Mahon](#). Por outro lado, a [Comuna](#) consumia-se na luta estéril dos dois partidos que a dividiam: o dos [blanquistas](#) (maioria) e o dos [proudhonianos](#) (minoría), não sabendo nenhum deles o que devia fazer. E, assim, a vitória dada de presente em 1871 foi tão estéril quanto o ataque de surpresa de 1848.

Havia quem acreditasse que, com a [Comuna de Paris](#), se enterrara definitivamente o proletariado combativo. Contudo, bem pelo contrário, é a partir da [Comuna](#) e da guerra franco-alemã que ele conhece o seu mais poderoso ascenso. A completa revolução em toda a arte da guerra levada a cabo pela incorporação de toda a população capaz de pegar em armas em exércitos cujos efectivos só por milhões se podiam contar e, bem assim, as armas de fogo, os projecteis e os explosivos de uma potência até então inaudita, puseram por um lado bruscamente termo às guerras do período bonapartista e asseguraram um desenvolvimento industrial pacífico ao tornar impossível qualquer outra guerra que não fosse uma guerra mundial de inaudita crueldade e de desfecho absolutamente imprevisível. Por outro lado, provocaram um aumento em progressão geométrica das despesas com o exército fazendo com que os impostos atingissem um nível exorbitante e que as classes mais pobres do povo passassem para os braços do socialismo. A anexação da Alsácia-Lorena, causa próxima da louca concorrência em matéria de armamentos, poderia atirar chauvinisticamente a burguesia francesa e a alemã uma contra a outra; todavia, para os operários de ambos os países ela constituiu um novo laço de união. E o aniversário da [Comuna de Paris](#) foi o primeiro dia de festa universal de todo o proletariado.

Conforme Marx tinha previsto, a guerra de 1870/71 e a derrota da [Comuna](#) deslocaram por momentos o centro de gravidade do movimento operário europeu da França para a Alemanha. Em França, é claro que eram necessários vários anos para que se recuperasse da sangria de Maio de 1871. Na Alemanha, pelo contrário, onde a indústria se desenvolvia rapidamente como uma planta de estufa devido além do mais aos abençoados milhares de milhões franceses^[N98], a social-democracia crescia ainda muito mais rápida e persistentemente. Graças ao discernimento com que os operários alemães utilizaram o sufrágio universal introduzido em 1866, o crescimento assombroso do partido surge abertamente aos olhos de todo o mundo em números indiscutíveis. Em 1871, 102 000; em 1874, 352 000; em 1877, 493 000 votos sociais-democratas. Seguiu-se o reconhecimento deste progresso por parte das altas esferas do poder na forma da lei anti-socialista^[N99]. Como consequência, o partido ficou momentaneamente fragmentado e o número de votos baixou em 1881 para 312 000. Todavia, isso depressa foi superado. Assim, sob pressão da lei de excepção, sem imprensa, sem organização exterior, sem direito de associação e de reunião, começou um período de rápida expansão: em 1884, 550 000; em 1887, 763 000; em 1890, 1 427 000. E aí ficou paralisada a mão do Estado. A lei anti-socialista desapareceu, o número de votos socialistas aumentou para 1 787 000, mais de um quarto do total de votos expressos. O governo e as classes dominantes tinham esgotado todos os seus meios — sem proveito, sem finalidade, sem êxito. As provas palpáveis da sua impotência, que as autoridades, desde os vigilantes nocturnos até ao Chanceler do Reich, tiveram que engolir — e isto da parte dos operários desprezados! —, estas provas contavam-se aos milhões. O Estado gastara todo o seu latim, os trabalhadores começavam agora a fazer ouvir o seu.

Deste modo, os operários alemães tinham prestado um segundo grande serviço à sua causa, além do primeiro que residia na sua simples existência como Partido Socialista, o partido mais forte, mais disciplinado e que mais rapidamente crescia. Tinham fornecido aos seus camaradas de todos os países uma nova arma, uma das mais cortantes, mostrando-lhes como se utiliza o sufrágio universal.

O sufrágio universal existia em França há já muito tempo, mas tinha-se desacreditado devido ao emprego abusivo que o governo bonapartista fizera dele. Depois da [Comuna](#) não havia partido operário que o utilizasse. Também em Espanha ele existia desde a República, mas em Espanha a abstenção fora sempre a regra de todos os partidos sérios da oposição. Também na Suíça as experiências com o sufrágio universal não eram de modo algum encorajadoras para um partido operário. Os operários revolucionários dos países latinos tinham-se habituado a ver no sufrágio universal uma ratoeira, um instrumento de logro utilizado pelo governo. Na Alemanha, porém, as coisas eram diferentes. Já o [Manifesto Comunista](#) tinha proclamado a luta pelo direito de voto, pela democracia, uma das primeiras e mais importantes tarefas do proletariado militante, e [Lassalle](#) retomara este ponto. Quando [Bismarck](#) se viu obrigado a introduzir o direito de voto^[N100] como único meio de interessar as massas populares pelos seus planos, os nossos operários tomaram imediatamente a coisa a sério e enviaram [August Bebel](#) para o primeiro *Reichstag* Constituinte. E, desde esse dia, têm utilizado o direito de voto de um modo que lhes tem sido útil de mil maneiras e servido de modelo aos operários de todos os países. Para utilizar as palavras do programa marxista francês, transformaram o direito de voto, de *moyen de duperie qu'il a été jusquici, en instrument d'émancipation* — de um meio de logro que tinha sido até aqui, em instrumento de emancipação^[N101]. E se o sufrágio universal não tivesse oferecido qualquer outro ganho além de nos permitir, de três em três anos, contar quantos somos; de, pelo aumento do número de votos inesperadamente rápido e regularmente constatado, aumentar em igual medida a certeza da vitória dos operários e o pavor dos seus adversários, tornando-se assim no nosso melhor meio de propaganda; a de nos informar com precisão sobre as nossas próprias forças assim como sobre as de todos os partidos adversários e, desse modo, nos fornecer uma medida sem paralelo para as proporções da nossa acção e nos podermos precaver contra a timidez e a temeridade inoportunas; se fosse esta a única vantagem do sufrágio universal isso já era mais que suficiente. Mas tem muitas outras. Na agitação da campanha eleitoral, forneceu-nos um meio ímpar de entrarmos em contacto com as massas populares onde elas ainda se encontram distantes de nós e de obrigar todos os partidos a defender perante todo o povo as suas concepções e acções face aos nossos ataques; além disso, abriu aos nossos representantes uma tribuna no *Reichstag*, de onde podiam dirigir-se aos seus adversários no Parlamento e às massas fora dele com uma autoridade e uma liberdade totalmente diferentes das que se tem na imprensa e nos comícios. De que serviu ao governo e à burguesia a sua lei anti-socialista, se a agitação durante a campanha eleitoral e os discursos socialistas no *Reichstag* nela abriam brechas continuamente?

Com esta utilização vitoriosa do sufrágio universal entrara em acção um modo de luta totalmente novo do proletariado, modo de luta esse que rapidamente se desenvolveu. Viu-se que as instituições estatais em que a dominação da burguesia se organiza ainda oferecem mais possibilidades através das quais a classe operária pode lutar contra essas mesmas instituições estatais. Assim, participou-se nas eleições para as Dietas provinciais, para os conselhos municipais, para os tribunais de artesãos, disputou-se à burguesia cada lugar quando para o preencher se fazia ouvir uma parte suficiente do

proletariado. E, desse modo, aconteceu que tanto a burguesia como o governo vieram a ter mais medo da acção legal do que da ilegal do partido operário, a recear mais os êxitos eleitorais do que os da rebelião.

De facto, também aqui as condições de luta se tinham alterado essencialmente. A rebelião de velho estilo, a luta de ruas com barricadas, que até 1848 tinha sido decisiva em toda a parte, tornou-se consideravelmente antiquada.

Mas não tenhamos ilusões: uma efectiva vitória da rebelião sobre a tropa na luta de ruas, uma vitória como a que um exército obtém sobre outro, só muito raramente ocorre. Mas os insurrectos também raramente a pretendiam. Para eles tratava-se apenas de desgastar as tropas por meio de influências morais que na luta entre os exércitos de dois países em guerra ou não entram em jogo ou o fazem apenas num grau muito reduzido. Se isso resulta, a tropa recusa-se a obedecer ou os comandantes perdem a cabeça e a revolta vence. Se isso não resulta, mesmo quando a tropa está em desvantagem numérica, a superioridade do melhor equipamento e instrução, da unidade de direcção, da utilização planeada das forças armadas e da disciplina, afirma-se como factor decisivo. O máximo que uma insurreição pode alcançar numa acção verdadeiramente táctica é o levantamento e defesa de uma só barricada de acordo com as regras da arte. Apoio mútuo, constituição e emprego de reservas, numa palavra, a cooperação e ligação dos diferentes destacamentos que são indispensáveis para a defesa de um bairro, para já não falar em toda uma grande cidade, tornam-se extremamente deficientes e na maior parte dos casos não se conseguem alcançar. A concentração de forças num ponto decisivo é coisa que está desde logo excluída. Deste modo, a defesa passiva é a forma de luta predominante. O ataque assumirá aqui e além, mas só excepcionalmente, a forma de surtidas e assaltos ocasionais aos flancos, limitando-se em regra à ocupação das posições abandonadas pelas tropas em retirada. Acrescente-se que do lado da tropa se dispõe de canhões e de tropa de engenharia completamente equipada e treinada, meios de combate esses que, na maior parte dos casos, faltam por completo aos insurrectos. Não admira, pois, que mesmo as lutas de barricadas travadas com o maior heroísmo — Paris, Junho de 1848, Viena, Outubro de 1848, Dresden, Maio de 1849 — terminassem com a derrota da insurreição, logo que os chefes atacantes, sem estorvos de ordem política, actuaram segundo pontos de vista puramente militares e os seus soldados permaneceram fiéis.

Os inúmeros êxitos dos insurrectos até 1848 são devidos a causas muito variadas. Em Paris, em Julho de 1830 e Fevereiro de 1848, como na maior parte das lutas de rua em Espanha, havia entre os insurrectos e a tropa uma milícia civil que ou se punha directamente do lado da rebelião ou tomava uma atitude tibia e indecisa que levava as tropas a vacilar, e, além disso, fornecia armas à rebelião. Onde esta milícia se colocava logo contra a rebelião, esta estava perdida, como aconteceu em Paris em Junho de 1848. Em Berlim, em 1848, o povo venceu devido em parte aos reforços chegados durante a noite e a manhã do dia 19 [de Março], em parte ao esgotamento e à deficiente alimentação das tropas e, em parte ainda, em consequência da paralisia do comando. Todavia, em todos os casos onde se conseguiu a vitória foi porque as tropas não obedeceram, porque faltou capacidade de decisão aos comandantes ou porque estes tinham as mãos atadas.

Mesmo no período clássico das lutas de ruas, a barricada tinha portanto um efeito mais moral do que material. Era um meio de abalar a firmeza da tropa. Se se aguentava até se

conseguir este objectivo, alcançava-se a vitória; se não, era a derrota. E este o aspecto principal que é preciso ter em conta mesmo quando se estuda as possibilidades das lutas de rua que eventualmente venham a ter lugar.

Estas possibilidades eram já em 1849 bastante más. Por toda a parte a burguesia se tinha passado para o lado dos governos. A "cultura e a propriedade" saudavam e obsequiavam os soldados que marchavam contra as insurreições. A barricada tinha perdido o seu encanto; o soldado já não via atrás dela o "povo", mas sim rebeldes, agitadores, saqueadores, partilhadores [Teiler], escória da sociedade; os oficiais, com o correr do tempo, tinham aprendido novas tácticas da luta de ruas e já não marchavam sempre em frente e a peito descoberto para o improvisado parapeito, mas antes deslocavam-se por entre os jardins, os pátios e as casas. E isto, com alguma perícia, dava resultado em noventa por cento dos casos.

Desde essa altura muitas coisas se têm modificado e tudo a favor da tropa. Se as grandes cidades se tornaram consideravelmente maiores, os exércitos aumentaram ainda mais. Desde 1848, Paris e Berlim aumentaram menos que quatro vezes; as suas guarnições, contudo, cresceram mais do que isso. Devido ao caminho-de-ferro estas guarnições podem mais do que duplicar-se em 24 horas e em 48 horas atingir as proporções de um exército gigantesco. O armamento deste número enormemente reforçado de tropas torna-se incomparavelmente mais eficaz. Em 1848 havia a espingarda de percussão e retrocarga; hoje existe a espingarda de repetição de reduzido calibre que alcança quatro vezes mais longe, é dez vezes mais precisa e dez vezes mais rápida do que aquela.

Dantes havia os projecteis esféricos maciços e as balas de artilharia de efeito relativamente fraco; hoje espoletas de percussão das quais uma basta para fazer voar em pedaços a melhor das barricadas. Dantes havia a picareta dos sapadores para deitar abaixo as paredes mestras; hoje os cartuchos de dinamite.

Do lado dos insurrectos, pelo contrário, pioraram todas as condições. Dificilmente se dará de novo uma insurreição com a qual todas as camadas do povo simpatizem; na luta de classes nunca se agruparão provavelmente em torno do proletariado todas as camadas médias de um modo tão exclusivo que o partido da reacção congregado em redor da burguesia quase desapareça comparativamente. O "povo" aparecerá, pois, sempre dividido e, assim, faltará uma poderosa alavanca, que em 1848 tão eficaz se mostrou. Se vierem para o lado dos insurrectos mais soldados com o serviço cumprido, mais difícil se tornará ainda o seu armamento. As espingardas de caça e de luxo dos armeiros — mesmo quando não são inutilizadas antes pela polícia ao retirar-lhes uma parte do cão — não podem nem de longe comparar-se mesmo na luta a curta distância à espingarda de repetição dos soldados. Até 1848 era possível fabricar as munições de que se precisasse com pólvora e chumbo; hoje os cartuchos são diferentes de arma para arma. Apenas num ponto são iguais em toda a parte: no facto de serem um produto elaborado da grande indústria que, portanto, já não pode ser fabricado *ex tempore*^(7*); por conseguinte, a maior parte das armas são inúteis desde que se não disponha das munições adequadas para elas. Finalmente, os bairros das grandes cidades, construídos desde 1848, estão dispostos em ruas compridas, direitas e largas, feitas como para a utilização dos novos canhões e espingardas. O revolucionário teria de ser louco para escolher as novas zonas operárias situadas na parte norte e oriental de Berlim para uma luta de barricadas.

Quer isto dizer que no futuro a luta de ruas deixará de ter importância? De modo nenhum. Significa apenas que desde 1848 as condições se tornaram muito mais desfavoráveis para os combatentes civis, muito mais favoráveis para a tropa. Por conseguinte, uma futura luta de ruas só poderá triunfar se esta situação desvantajosa for compensada por outros factores. Portanto, ocorrerá menos no princípio de uma grande revolução do que no decurso da mesma e terá que ser levada a cabo com maiores forças. Estas, porém, não-de preferir a luta aberta à tática passiva da barricada como aconteceu em toda a grande Revolução Francesa, em 4 de Setembro e em 31 de Outubro de 1870, em Paris^[N102].

Compreende agora o leitor por que é que os poderes dominantes querem pura e simplesmente levar-nos para lá onde a espingarda dispara e o sabre talha? Por que é que hoje nos acusam de cobardia por não quisermos ir sem mais nem menos para a rua onde sabemos de antemão que a derrota nos espera? Por que é que nos suplicam tão insistentemente que sirvamos de carne para canhão?

Esses senhores desperdiçam totalmente em vão as suas súplicas e os seus desafios. Não somos assim tão estúpidos. É como se na próxima guerra exigissem ao seu inimigo que se colocasse em linha como no tempo do velho Fritz^(8*) ou em colunas de divisões inteiras *à la*^(9*) Wagram e Waterloo^[N103] e além disso com a espingarda de pederneira na mão. Mas se as condições da guerra entre nações se modificaram, também para a luta de classes não se modificaram menos. O tempo dos ataques de surpresa, das revoluções levadas a cabo por pequenas minorias conscientes à frente das massas inconscientes, já passou. Sempre que se trata de uma transformação completa da organização social são as próprias massas que devem estar metidas nela, têm de ter compreendido já o que está em causa, por que é que dão o sangue e a vida. Isto foi o que a história dos últimos cinquenta anos nos ensinou. Mas para que as massas entendam o que há a fazer é necessário um longo e perseverante trabalho; e esse trabalho é precisamente o que agora estamos realizando e com um êxito que leva os nossos adversários ao desespero.

Também nos países latinos se compreende cada vez mais que é necessário rever a velha tática. Por toda a parte se imitou o exemplo alemão do emprego do direito de voto, da conquista de todos os lugares que nos são acessíveis, por toda a parte passou para segundo plano o ataque sem preparação. Em França, onde desde há mais de cem anos o terreno está minado por revolução atrás de revolução, onde não existe um único partido que não tenha no seu activo conspirações, insurreições e todas as outras acções revolucionárias; em França, onde, em consequência disso, o exército de modo nenhum é seguro para o governo e onde as condições para um golpe de mão insurreccional são muito mais favoráveis do que na Alemanha — mesmo em França os socialistas percebem cada vez melhor que não lhes é possível uma vitória duradoura a não ser que antecipadamente ganhem para si a grande massa do povo, isto é, neste caso os camponeses. Também aqui se reconhece que a tarefa imediata do partido é um lento trabalho de propaganda e de actividade parlamentar. Os êxitos não se fizeram esperar. Não só se conquistou toda uma série de conselhos municipais, como também nas Câmaras há 50 socialistas que já derrubaram três ministérios e um presidente da República. Na Bélgica, no ano passado os operários conquistaram o direito de voto e venceram num quarto dos círculos eleitorais. Na Suíça, na Itália, na Dinamarca, mesmo na Bulgária e na Roménia, os socialistas estão representados no Parlamento. Na Áustria, todos os partidos são unânimes em afirmar que a nossa entrada para o *Reichsrat* não nos poderá ser vedada por muito mais tempo. Não subsistem dúvidas que entraremos; a

única coisa que está em discussão é por que porta. E até na Rússia, quando se reúne o célebre [Zemski Sobor](#), essa Assembleia Nacional contra a qual o jovem [Nicolau](#) resiste tão sem êxito, até aí podemos ter a certeza de que viremos a estar representados.

É evidente que os nossos camaradas estrangeiros não renunciam ao seu direito à revolução. O direito à revolução é sem dúvida o único "direito" *realmente* "histórico", o único em que assentam todos os Estados modernos sem excepção, incluindo Mecklenburg, cuja revolução da nobreza terminou em 1755 com o "pacto sucessório" ["*Erbvergleich*"], essa gloriosa carta do feudalismo^[N104] ainda hoje vigente. O direito à revolução está tão incontestavelmente reconhecido pela consciência universal que até o general von [Boguslawski](#) faz derivar unicamente desse direito do povo o direito ao golpe de Estado que reivindica para o seu imperador.

Mas, aconteça o que acontecer noutros países, a social-democracia alemã tem um lugar especial e conseqüentemente, pelo menos para já, também uma tarefa especial. Os dois milhões de eleitores que envia às urnas, juntamente com os jovens e as mulheres que, não votando, se encontram por detrás deles, constituem a massa mais numerosa, mais compacta, a "força de choque" decisiva do exército proletário internacional. Essa massa lança já hoje nas urnas um quarto dos votos expressos; e, como demonstram as eleições suplementares para o Reichstag, as eleições para as dietas dos diferentes Estados, as eleições para os conselhos municipais e as eleições para os tribunais de artesãos, ela cresce sem cessar. O seu crescimento dá-se tão espontaneamente, tão constantemente, tão imparavelmente e, ao mesmo tempo, tão tranquilamente como um processo da natureza. Todas as intervenções do governo provaram nada conseguir contra ele. Já podemos contar com 2 1/4 milhões de eleitores. Se isto continuar assim, conquistaremos até ao fim do século a maior parte das camadas médias da sociedade, tanto os pequenos burgueses como os pequenos camponeses, e transformar-nos-emos na força decisiva do país perante a qual todas as outras forças, quer queiram ou não, terão de se inclinar. Manter ininterruptamente este crescimento até que de si mesmo se torne mais forte que o sistema de governo actual, não desgastar em lutas de vanguarda esta força de choque que dia a dia se reforça, mas sim mantê-la intacta até ao dia da decisão, é a nossa principal tarefa. Existe apenas um meio que poderia levar a que o constante aumento das forças de combate socialistas na Alemanha fosse momentaneamente detido e até retrocedesse durante algum tempo: um confronto em grande escala com a tropa, uma sangria como em 1871 em Paris. A longo prazo, acabaria por se recompor. Para fazer desaparecer do mundo a tiro um partido que se conta por milhões não chegam todas as espingardas de repetição da Europa e da América. Mas o desenvolvimento normal seria travado, a força de choque não estaria talvez operacional no momento crítico, a luta decisiva seria retardada, prolongada e seria acompanhada de pesados sacrifícios.

A ironia da história universal põe tudo de cabeça para baixo. Nós, os "revolucionários", os "subversivos", prosperamos muito melhor com os meios legais do que com os ilegais e a subversão. Os partidos da ordem, como eles se intitulam, afundam-se com a legalidade que eles próprios criaram. Exclamam desesperados com [Odilon Barrot](#): *La legalité nous tue*, a legalidade mata-nos, enquanto nós, com essa legalidade, revigoramos os nossos músculos e ganhamos cores nas faces e parecemos ter vida eterna. E se nós não formos loucos a ponto de lhes fazermos o favor de nos deixarmos arrastar para a luta de rua, não lhes restará outra saída senão serem eles próprios a romper esta legalidade tão fatal para eles.

Por agora elaboram novas leis contra a subversão. De novo tudo de cabeça para baixo. Estes fanáticos da anti-subversão de hoje não são eles próprios os subversivos de ontem? Teremos sido nós quem provocou a guerra civil de 1866? Fomos nós quem expulsou o rei de Hannover, o príncipe eleitor de Hessen e o duque de Nassau dos territórios que por herança legitimamente lhes pertenciam e anexou esses mesmos territórios? E esses subversivos da Confederação Germânica e de três coroas por graça de Deus ainda se queixam da subversão? *Quis tulerit Gracchos de seditione querentes?*^(10*) Quem poderia permitir aos adoradores de [Bismarck](#) injuriar a subversão?

Ainda que consigam impor os seus projectos de lei contra a subversão, que os tornem ainda mais severos, que transformem todo o código penal em borracha, nada conseguirão senão dar uma nova prova da sua impotência. Para atacarem seriamente a social-democracia terão de lançar mão de medidas totalmente diferentes. Só poderão levar a melhor sobre a subversão social-democrata, a qual neste momento vive de respeitar as leis, pela subversão dos partidos da ordem, a qual não pode viver sem violar a lei. *Herr Rössler*, o burocrata prussiano, e *Herr von Boguslawski*, o general prussiano, indicaram-lhes o único caminho pelo qual ainda se pode talvez levar a melhor sobre os operários, que agora já não se deixam atrair para a luta de ruas. Ruptura da Constituição, ditadura, regresso ao absolutismo, *regis voluntas suprema lex!*^(11*). Portanto, coragem meus senhores, deixem-se de conversas e arregacem as mangas!

Mas não se esqueçam que o Império Germânico, com todos os pequenos Estados e, em geral, todos os Estados modernos, *é produto de um contrato*. Em primeiro lugar, do contrato dos príncipes entre si; em segundo lugar, dos príncipes com o povo. Se uma das partes quebrar o contrato, todo o contrato fica sem efeito, deixando, por conseguinte, a outra parte de estar vinculada. Como em 1866 [Bismarck](#) tão brilhantemente nos mostrou. Se, portanto, os senhores violarem a Constituição do Reich, a social-democracia ficará livre e poderá fazer ou não fazer a vosso respeito o que muito bem entender. Mas o que ela então fará — isso é coisa que muito dificilmente lhes diremos hoje.

Faz hoje quase 1600 anos que no Império Romano actuava também um perigoso partido subversivo. Esse partido minava a religião e todos os fundamentos do Estado; negava sem rodeios que a vontade do imperador fosse a lei suprema; era um partido sem pátria, internacional, estendia-se por todo o Império desde a Gália à Ásia e mesmo para lá das fronteiras imperiais. Durante muito tempo minara às escondidas, sob a terra. Todavia, já há muito tempo que se considerava suficientemente forte para aparecer à luz do dia. Esse partido subversivo, que era conhecido pelo nome de cristãos, tinha também uma forte representação no exército; legiões inteiras eram cristãs. Quando lhes ordenavam que estivessem presentes nas cerimónias sacrificiais da igreja oficial, para aí prestarem as *honneurs*^(12*), esses soldados subversivos levavam o seu atrevimento tão longe que, como protesto, punham no capacete uns distintivos especiais: cruces. Mesmo os vulgares castigos dos quartéis pelos seus superiores não surtiam qualquer efeito. O imperador [Diocleciano](#) já não podia assistir tranquilamente ao minar da ordem, da obediência e da disciplina dentro do seu exército. Interveio energicamente porque ainda era tempo para isso. Emitiu uma lei contra os socialistas, queria dizer, uma lei contra os cristãos. Foram proibidas as reuniões de subversivos, os locais de reunião encerrados ou demolidos, os símbolos cristãos, cruces, etc, proibidos, como na Saxónia os lenços vermelhos. Os cristãos foram declarados incapacitados para ocuparem cargos públicos, e nem sequer podiam ser cabos. Como nessa altura não se dispunha de juizes tão bem

amestrados no respeitante à "consideração da pessoa" como o pressupõe o projecto de lei contra a subversão^{IN1051} do senhor [Herrn von Köller](#), proibiu-se sem mais rodeios os cristãos de defender os seus direitos perante o tribunal. Mas até esta lei de excepção não teve êxito. Os cristãos arrancaram-na dos muros, escarnecendo dela, e diz-se mesmo que deitaram fogo ao palácio, em Nicomédia, nas barbas do imperador. Este vingou-se com a grande perseguição aos cristãos do ano 303 da nossa era. Foi a última no seu género. E foi tão eficaz que dezassete anos mais tarde o exército era composto predominantemente por cristãos e o autocrata de todo o Império Romano que se lhe seguiu, [Constantino](#), chamado pelos padres o Grande, proclamou o cristianismo religião de Estado.

Londres, 6 de Março de 1895

Friedrich Engels

[continua>>>](#)

[Início da página](#)

Notas de rodapé:

(1*) Ver o presente tomo, pp. 209-295. (Nota da edição portuguesa.) ([retornar ao texto](#))

(2*) Ver o presente tomo, p. 299. (Nota da edição portuguesa.) ([retornar ao texto](#))

(3*) Ver o presente tomo, pp. 417-512. (Nota da edição portuguesa.) ([retornar ao texto](#))

](4*) Ver o presente tomo, pp. 240-241. (Nota da edição portuguesa.) ([retornar ao texto](#))

(5*) Isto é: o regresso ao Império. (Nota da edição portuguesa.) ([retornar ao texto](#))

(6*) Isto é: a Câmara da Prússia que entrou em seguida em conflito com o governo. ([retornar ao texto](#))

(7*) Em latim no texto: imediatamente, improvisadamente. (Nota da edição portuguesa.) ([retornar ao texto](#))

(8*) Fredrico II. ([retornar ao texto](#))

(9*) Em francês no texto: à maneira de. (Nota da edição portuguesa.) ([retornar ao texto](#))

(10*) Em latim no texto: Quem tolerará que os Gracos se queixem de uma sedição? ([Juvenal](#), Sátira II). (Nota da edição portuguesa.) ([retornar ao texto](#))

(11*) Em latim no texto: a vontade do rei é a lei suprema! (Nota da edição portuguesa.) ([retornar ao texto](#))

(12*) Em francês no texto: honras. (Nota da edição portuguesa.) ([retornar ao texto](#))

Notas de fim de tomo:

[N61] No original inglês *squirearchy* (equivalente ao alemão *Junkertum*): no sentido restrito, latifundiários aristocratas da Prússia oriental; no sentido lato, classe dos latifundiários alemães. ([retornar ao texto](#))

[N71] *Neue Rheinische Zeitung. Organ der Demokratie* (Nova Gazeta Renana. Órgão da Democracia): jornal que se publicou em Colónia sob a direcção de Marx de 1 de Junho de 1848 a 19 de Maio de 1849; Engels fazia parte da redacção. ([retornar ao texto](#))

[N88] A Introdução ao trabalho de K. Marx *As Lutas de Classes em França de 1848 a 1850* foi escrita por Engels para a edição em separado do trabalho, publicada em Berlim em 1895.

Depois de mostrar a importância da análise do curso e das lições da revolução de 1848-1849, feita no trabalho de Marx, Engels dedica uma parte importante da sua introdução à generalização da experiência posterior da luta de classe do proletariado, particularmente na Alemanha. Engels sublinha no seu trabalho a necessidade da utilização revolucionária de todos os métodos legais com vista à preparação do proletariado para a revolução socialista, da hábil combinação da luta pela democracia com a luta pela revolução socialista, da submissão da primeira tarefa à segunda. Na sua introdução Engels fundamenta de novo a tese angular do marxismo sobre a escolha dos métodos tácticos e das formas de luta de acordo com a situação histórica concreta, sobre a necessidade de substituir as formas pacíficas, preferíveis para o proletariado, de actividade revolucionária por formas não pacíficas, no caso de as classes dominantes reacionárias recorrerem à violência.

Ao publicar a introdução, a Direcção do Partido Social-Democrata da Alemanha pediu com insistência a Engels que suavizasse o tom, demasiado revolucionário na opinião da Direcção, do trabalho, e lhe desse uma forma mais cautelosa. Engels criticou a posição vacilante da direcção do Partido, o seu desejo de "agir exclusivamente no quadro da legalidade". No entanto, obrigado a ter em conta as opiniões da Direcção, Engels acedeu a omitir nas provas tipográficas uma série de passagens e a modificar algumas formulações. Nesta edição publica-se o texto integral da introdução.

Ao mesmo tempo, certos dirigentes da social-democracia tentaram, com base neste trabalho, apresentar Engels como partidário da via exclusivamente pacífica, em quaisquer circunstâncias, de passagem do poder para a classe operária, como se Engels fosse um paladino da "legalidade a todo o custo". Profundamente indignado, Engels insistiu em que a sua introdução fosse publicada na revista *Neue Zeit*. No entanto, também aqui ela foi publicada com os mesmos cortes que o autor tivera que fazer na referida edição em separado. Mas mesmo com os cortes a introdução conserva inteiramente o seu carácter revolucionário.

O texto integral da introdução de Engels foi publicado pela primeira vez na URSS em 1930, no livro de K. Marx *As Lutas de Classes em França de 1848 a 1850*. ([retornar ao texto](#))

[N89] *Neue Rheinische Zeitung. Politisch-ökonomische Revue* (Nova Gazeta Renana. Revista Político-Económica): revista fundada por Marx e Engels em 1849 e por ele editada até Novembro de 1850; órgão teórico e político da [Liga dos Comunistas](#). Imprimia-se em Hamburgo. Saíram seis números. Deixou de existir devido às perseguições policiais na Alemanha e à falta de meios materiais. ([retornar ao texto](#))

[N90] Trata-se das dotações governamentais que Engels designa ironicamente com o nome de uma propriedade de [Bismarck](#) na floresta da Saxónia, perto de Hamburgo, e que lhe foi oferecida por [Guilherme I](#). ([retornar ao texto](#))

[N91] *In partibus infidelium* (literalmente: no país dos infiéis): adição ao título dos bispos católicos designados para cargos puramente nominais em países não cristãos. Esta expressão encontra-se frequentemente em Marx e Engels aplicada a diferentes governos emigrados, formados no estrangeiro sem ter minimamente em conta a situação real no país. ([retornar ao texto](#))

[N92] Trata-se dos dois partidos monárquicos da burguesia francesa na primeira metade do século XIX: os [legitimistas](#) (ver a nota 59) e os orleanistas.

Orleanistas: partidários dos duques de Orleães, ramo secundário da dinastia dos Bourbons, que se mantiveram no poder desde a revolução de Julho de 1830 até serem derrubados pela revolução de 1848; representavam os interesses da aristocracia financeira e da grande burguesia.

No período da Segunda República (1848-1851) ambos os agrupamentos monárquicos constituíram o núcleo do "partido da ordem", partido conservador unificado. ([retornar ao texto](#))

[N93] Sob [Napoleão III](#) a França participou na [guerra da Crimeia](#) (1854-1855), entrou em guerra com a Áustria por causa da Itália (1859), participou, juntamente com a Inglaterra, nas guerras contra a China (1856-1858 e 1860), iniciou a conquista da Indochina (1860-1861), organizou a intervenção armada na Síria (1860-1861) e no México (1862-1867), e, finalmente, entrou em guerra contra a Prússia (1870-1871). ([retornar ao texto](#))

[N94] F. Engels emprega um termo que se tornou a expressão de um dos princípios da política externa dos círculos dirigentes do Segundo Império bonapartista (1852-1870). O chamado "princípio da nacionalidade" foi amplamente utilizado pelas classes dirigentes dos grandes Estados como disfarce ideológico dos seus planos de conquista e das suas aventuras em política externa. Nada tendo de comum com o reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação, o "princípio da nacionalidade" visava atizar as discórdias nacionais e transformar o movimento nacional, particularmente os movimentos dos povos pequenos, em instrumento da política contra-revolucionária dos grandes Estados em luta entre si. ([retornar ao texto](#))

[N95] A Confederação Germânica, criada em 8 de Junho de 1815 no Congresso de Viena, constituía uma união dos Estados alemães absolutistas-feudais e consolidou o fraccionamento político e económico da Alemanha. ([retornar ao texto](#))

[N96] Em resultado da vitória sobre a França durante a guerra franco-prussiana (1870-1871) surgiu o Império Alemão, do qual foi, no entanto, excluída a Áustria. Daí as expressões "Império pequeno-alemão" e "Pequena Alemanha", A derrota de [Napoleão III](#) deu um impulso à revolução em França, que derrubou Luís Bonaparte e levou à instauração da república em 4 de Setembro de 1870. ([retornar ao texto](#))

[N97] Guarda Nacional: milícia voluntária civil armada, com comandos eleitos, que existiu em França e em alguns outros Estados da Europa ocidental. Foi criada pela primeira vez em França em 1789, no início da revolução burguesa; existiu com

intervalos até 1871. Em 1870-1871, a Guarda Nacional de Paris, para a qual entraram, nas condições da guerra franco-prussiana, amplas massas democratas, desempenhou um grande papel revolucionário. Criado em Fevereiro de 1871, o Comité Central da Guarda Nacional encabeçou a insurreição proletária de 18 de Março de 1871 e no período inicial da [Comuna de Paris](#) de 1871 exerceu (até 28 de Março) as funções de primeiro governo proletário da história. Depois do esmagamento da [Comuna de Paris](#) a Guarda Nacional foi dissolvida. ([retornar ao texto](#))

[N98] Depois da sua derrota na guerra franco-prussiana de 1870-1871, a França pagou à Alemanha uma indemnização de cinco mil milhões de francos. ([retornar ao texto](#))

[N99] A lei anti-socialista foi promulgada na Alemanha em 21 de Outubro de 1878. Segundo esta lei eram proibidas todas as organizações do partido social-democrata, as organizações operárias de massas, a imprensa operária, era confiscada a literatura socialista e os sociais-democratas eram reprimidos. Sob a pressão do movimento operário de massas a lei foi abolida em 1 de Outubro de 1890. ([retornar ao texto](#))

[N100] O sufrágio universal foi introduzido por [Bismarck](#) em 1866 para as eleições para o *Reichstag* da Alemanha do Norte, e em 1871 para as eleições para o *Reichstag* do Império Germânico unificado. ([retornar ao texto](#))

[N101] Engels cita a introdução teórica escrita por Marx para o programa do Partido Operário Francês, adoptado no Congresso do Havre em 1880. ([retornar ao texto](#))

[N102] Em 4 de Setembro de 1870, graças à intervenção revolucionária das massas populares, foi derrubado em França o governo de [Luís Bonaparte](#) e proclamada a república. Em 31 de Outubro de 1870 teve lugar uma tentativa falhada dos [blanquistas](#) de realizar uma insurreição contra o Governo de Defesa Nacional. ([retornar ao texto](#))

[N103] A batalha de Wagram decorreu em 5 e 6 de Julho de 1809 durante a guerra austro-francesa de 1809. Nesta batalha as tropas francesas, sob o comando de [Napoleão I](#), infligiram uma derrota ao exército austríaco do arquiduque Carlos. A batalha de Waterloo (Bélgica) teve lugar em 18 de Junho de 1815. O exército de [Napoleão](#) foi derrotado. A batalha de Waterloo desempenhou um papel decisivo na campanha de 1815, determinando a vitória definitiva da coligação antinapoleónica das potências europeias e a queda do império de [Napoleão I](#). ([retornar ao texto](#))

[N104] Engels refere-se à prolongada luta entre o poder ducal e a nobreza nos ducados de Mecklenburg-Schwerin e Mecklenburg-Strelitz, que terminou com a assinatura, em Rostock em 1755, de um tratado constitucional sobre os direitos hereditários da nobreza. O tratado confirmou os seus foros e privilégios anteriores, consolidou o seu papel dirigente nas dietas organizadas na base dos estados sociais; libertou de impostos metade das suas terras; fixou o volume dos impostos sobre o comércio e o artesanato e também a parte de ambos nos gastos do Estado. ([retornar ao texto](#))

[N105] Em 5 de Dezembro de 1894 foi apresentado ao Reichstag alemão o projecto de uma nova lei contra os socialistas. Este projecto foi rejeitado em 11 de Maio de 1895. ([retornar ao texto](#))

**MARX
ENGELS**

OBRAS
ESCOLHIDAS